

O Biombo da Inflação *(com Brasil)*

Ao discursar no encerramento da 4ª Reunião Plenária do Fórum Paulista de Desenvolvimento, a última do ano, era natural que o governador de São Paulo, patrocinador do encontro de técnicos do seu governo e os pesos pesados da indústria paulista, repudiasse a recessão por ser incompatível com o desenvolvimento.

O Brasil completou dez anos de recessão econômica, com graves seqüelas sociais, desde que a produção não acompanha o crescimento da população. Como a recessão não veio sozinha, mas foi precedida da disparada da inflação, devido ao descontrole dos gastos do Estado a título de tocar o desenvolvimento, é preciso verificar se o repúdio à recessão não é um biombo para a defesa da inflação.

No caso específico de São Paulo, a eloquência do governador Fleury Filho não pode ser dissociada da situação extremamente apertada das finanças estaduais. Apesar do êxito dos constituintes paulistas em amoldar a reforma tributária de 1988 aos interesses regionais, os gastos com pessoal têm consumido quase todo o orçamento do estado.

A prova das dificuldades é a campanha da secretaria estadual de Fazenda contra a sonegação, instando os consumidores a pedir nota fiscal. Isso ocorre apesar do reforço fiscal gerado pela reforma tributária. Os impostos sobre produtos energéticos, por exemplo, passaram a ser recolhidos no estado consumidor (prejudicando o Rio, produtor de petróleo, Minas e Paraná, produtores de energia elétrica). Isso exigiria, pelo princípio da isonomia, tratamento igual no recolhimento do IPI pelos estados consumidores dos produtos *made in São Paulo*.

Apesar dos males causados pela inflação (achatamento da renda da maioria da população brasileira) e da dificuldade de planejar investimentos a médio e longo prazos, é mais palatável politicamente criticar a recessão do que assumir a defesa pública da inflação que está na raiz do processo de desenvolvimento, apoiado pelo Estado. Esse modelo fez a pujança do empresariado paulista, mas levou à falência o Tesouro Nacional, cujas dívidas vêm sendo cobertas por toda a sociedade brasileira, e pelas quais o empresariado tem grande responsabilidade.

* 2 DEZ 1991

JORNAL DO BRASIL